

Registro Histórico da Ilha de Cotijuba: uma análise da Colônia Reformatória de Cotijuba.

Assunção José Pureza AMARAL¹

Rua dos Caripunas, passagem União 162, Cremação. CEP 66.045-550. Belém, Pará
amaralilian@aol.com

Introdução

É imenso o prazer em estudar e escrever sobre um assunto que pouco ou quase nada foi escrito. Relatar, analisar os fatos, os acontecimentos passados que remetem ao registro histórico da Ilha de Cotijuba², enquanto espaço que abrigou durante várias décadas uma instituição destinada a correção de menores abandonados e delinqüentes, fatos que na verdade se confundem com a própria história da ilha, é um grande desafio.

Foram muitas as dificuldades em conseguir documentos para a realização deste trabalho; as poucas informações conseguidas foram bastantes desconexas e não sistematizadas; no decorrer dos dois anos de realização deste trabalho, destacam-se a falta de material em instituições onde esperava encontrar algumas referências, e principalmente a burocracia para conseguir chegar ao representante de cada uma delas.

Na maioria das vezes tive que usar o famoso “jeitinho brasileiro”, sendo indicado por pessoas conhecidas e reconhecidas no sentido de ser atendido por outras pessoas ou instituições e alcançar informações sobre o assunto em estudo.

Um trabalho mais profundo sobre a Ilha e a instituição que ali funcionou exigiria um estudo de pelo menos quatro fases principais pelas quais a Ilha passou, tomando como marco e baliza a construção da instituição destinada a menores.

¹ Formado em Ciências Sociais, Especialista em Educação e Mestre em Planejamento do Desenvolvimento, pelo Núcleo de altos Estudos Amazônicos da UFPA; bolsista do 3º Concurso Negro e Educação.

²A Ilha de Cotijuba está situada na confluência da Baía de Marajó com a Baía do Guajará, no Estado do Pará, tendo ao Nordeste a Ilha de Mosqueiro, ao Norte a própria Baía de Marajó, ao Sul a Ilha do Arapiranga e o Rio Pará, ao Sudeste as Ilhas de Jutuba e Paquetá e o Canal de Cotijuba (ver anexo 1). Na entrada da Ilha de Cotijuba, se observa algumas casas cobertas de telhas de barro e outras de brasilit; aparece também em posição de destaque, na entrada da Ilha, uma igreja com suas torres em cada um dos lados de sua fachada; no início e se estendendo para o centro da Ilha, encontra-se a maioria da população local, cerca de 2.000 habitantes, que vive principalmente do extrativismo vegetal e animal, predominando na Ilha árvores frutíferas e hortaliças; entre a alimentação predominante na Ilha encontra-se a pesca, a caça, o feijão, o arroz e a farinha de mandioca. Na Ilha como em outras localidades existe uma unidade municipal de saúde; uma igreja (São Francisco de Assis) conhecida como capela de Cotijuba; uma escola de primeiro grau; uma Associação dos Produtores da Ilha de Cotijuba – APIC; uma Associação dos Moradores da Ilha de Cotijuba e Ilhas Adjacentes – AMICIA, um trapiche... A comunidade, usando uma terminologia própria, denomina a primeira parte da Ilha de "Ponta de Cima" e a segunda parte, para trás, de "Ponta de Baixo". É na Ponta de Cima, que se encontram as ruínas da antiga Colônia Reformatória de Cotijuba, também conhecida como Educandário.

A primeira fase antecede a construção da instituição destinada a abrigar menores abandonados e delinquentes, fato ocorrido por volta de 1932, quando a Ilha era propriedade particular, estendendo-se até a fase em que foi vendida ao Estado, cujo objetivo da compra foi a construção de uma Colônia. Fato que segundo as informações dos ilhéus aconteceu antes da proprietária passar a residir no Rio de Janeiro.

A segunda fase se inicia por volta de 1932 com a compra da Ilha pelo Estado e subsequente construção da instituição, a qual passará também por várias fases, estendendo seu funcionamento até os anos 60, aproximadamente.

A terceira fase corresponde ao período do funcionamento, na Ilha, de uma outra instituição, destinada a reeducação de maiores enquadrados na Lei de Contravenções Penais e posteriormente a prisões de correção e justiça; corresponde aproximadamente as décadas de 60 à 70 deste século. É a partir dessa fase que ela passa a ser considerada, por muitos, como “Ilha do Inferno”. Nesse período algumas pessoas que desobedecessem as normas e os padrões de comportamento exigido pelo Estado eram ameaçadas de serem encaminhadas para a Ilha de Cotijuba; eram freqüentes frases como: “*Eu te mando para a Ilha de Cotijuba*”; ou ainda: “*Cotijuba!? Deus me livre*”. Ainda hoje (1991), por exemplo, quando se comenta que está realizando um trabalho sobre esta Ilha, escuto os velhos chavões: *Cotijuba!?!...*

Essa terceira fase estende-se até a década de 70 aproximadamente, quando essa segunda instituição é desativada, e, parte de seu patrimônio, transferido para o Conjunto Penitenciário “Governador Fernando Guilhon” - inaugurado em agosto de 1977 – na Vila de Americano, em Santa Isabel do Pará, de acordo com informações de um dos últimos diretores daquela instituições, Teodorico Rodrigues.

Por volta do final da década de 80 e início da de 90, a Ilha é “redescoberta” como comunidade de moradores vivendo como que uma nova fase: a da sua visão como tendo um povo hospitaleiro; das imensas e belas praia; das fogueiras noturnas; da liberdade de viver, conversar, de abusar, da fuga do cotidiano e do querer conhecer.

A proposta inicial deste trabalho era apresentar um estudo amplo, abrangendo as diversas fases da localidade, enfatizando a Colônia Penal, o qual deverá ser apresentado em uma próxima oportunidade.

Este trabalho - “*Registro Histórico da Ilha de Cotijuba: Uma análise da Colônia Reformatória de Cotijuba*” - propõem-se estudar e analisar a historia social da Ilha a partir de documentos escritos, tais como jornais, mensagens de governadores, e de informações orais de ex-alunos, moradores antigos da Ilha, ex-professores e ex-funcionários da instituição³.

³ A instituição que está sendo estudada recebeu diversas denominações durante seu funcionamento; outros nomes podem ser referidos a mesma instituição, tais como, Colônia Correccional de Cotijuba, Colônia Agrícola de Cotijuba, Educandário “Magalhães Barata”, Educandário “Monteiro

Capítulo I - Ilha de Cotijuba – de propriedade particular à Colônia Reformatória de Menores – um patrimônio do Estado do Pará.

A Construção da Colônia Reformatória de Cotijuba, na Ilha de Cotijuba, está relacionada ao momento histórico e aos acontecimentos políticos e sociais que ocorriam no Brasil e conseqüentemente afetavam o Estado do Pará. A Colônia foi criada com objetivo de abrigar, recuperar e corrigir menores abandonados e delinqüentes, fato este ocorrido na primeira gestão do Major Magalhães Barata⁴ no Estado do Pará; gestão essa que se inicia em 1930 com sua nomeação como Interventor Federal do Estado, com a vitória da "Revolução de 30", estendendo-se até 1934; de acordo com as referências do discurso da professora Palmira de Carvalho⁵ em homenagem prestada pelo magistério público ao, já então, Coronel Magalhães Barata, na residência governamental, conforme registra Coimbra (1945):⁶

“Em sua primeira gestão (Barata) criou a Colonia Reformatoria de Cotijuba. Por que? Pensou nos pequenos abandonados e logo o seu grande coração indicou um meio de salva-los. Pequenos delinquentes, vitimas da inconsequencia ou maldade dos pais, ou orfaos, faltosos de carencia e conselhos maternos, na idade em que esse amparo lhes eram mais propicio. Necessitados na idade das travessuras da desculpa amoravel das almas compassivas! Degenerado por indole ou infelicidade,

Lobato”, Educandário “Nogueira de Faria”, entre outros. Aqui iniciarei utilizando o termo Colônia Reformatória de Cotijuba, por ter sido, segundo informações dos moradores da Ilha, o primeiro nome que a instituição recebeu, e representarei pela sigla CRC.

⁴ Joaquim de Magalhães Barata nasceu no dia 02 de junho de 1888 em Belém – mas especificamente no Distrito de Val de Cães. Teve uma educação militar no Colégio Militar do Rio de Janeiro, tornando-se Aspirante em 1912. Participou de uma revolta armada no Exército e de algumas agitações políticas. Com a vitória da Revolução de 1930, é nomeado Interventor do Pará, onde desenvolveu um governo populista até 1934. Em 1943 Magalhães Barata assume a Interventoria do Pará pela segunda vez, onde atua até 1945; depois deste ano é eleito Senador pelo Partido Social Democrata. Em 1950, perde as eleições para o general Zacarias de Assumpção. Em 1955, vence as eleições para governador na disputa com o adversário Epílogo de Campo, assumindo em junho de 1956, governando, assim, pela terceira vez o Estado do Pará, agora através de conciliações. Em 29 de maio de 1959 Magalhães Barata, atacado de leucemia, faleceu no posto de General, sendo sepultado no dia 2 de Junho, data de seu aniversário.

⁵ A professora Palmira de Carvalha era uma das consideradas Baratista, defensora de Magalhães Barata e de sua política em diversas situações. Além de professora, exerceu o cargo de diretora da Escola Barão do Rio Branco, em Belém. Em sua homenagem, foi fundada, no governo estadual de Hélio da Motta Gueiros, uma escola de primeiro grau, que recebeu o nome de Professora “Palmira de Carvalho”, no Bairro do Jurunas, na mesma cidade.

⁶ Todas as citações ou texto apresentados neste trabalho – aquelas que não foram recuperados a partir de dados orais – terão conservados sua grafia original do período em que foi escrito.

infelizes sempre, vao batidos, maltratados parar às vezes nos postos policiais”. E conclui: “Assim surgiu a Colonia Reformatoria de Cotijuba, aplaudida por quem sente nalma o amor ao proximo e que extremado este glorioso e invencivel torrao anseia ve-lo honrado e engrandecido por os seus filhos” (COIMBRA, 1945: 471-477).

Desconsiderando os aspectos emocionais, políticos e ideológicos do discurso, ele é importante, porque revela o período aproximado da construção da instituição, seus fins e a quem se destinava, e, ainda, a partir do discurso sobre os menores, revela as idéias correntes na época a respeito da criminalidade, como delinqüente nato, por índole, etc... preconizada pela ciência da época e encampada pelos construtores da Colônia.

Segundo informações dos moradores da localidade, a Ilha, antes da construção da Colônia Reformatória de Cotijuba - CRC, era propriedade particular de uma viúva conhecida como Dona Joana (...) que a vendeu para o Interventor do Estado do Pará, Magalhães Barata, e para o Desembargador Nogueira de Faria⁷, pelo valor correspondente na época entre 30 a 35 mil réis. Estes tinham o objetivo de construir uma colônia correcional para menores abandonados e delinqüentes. Conforme informações destes moradores o Interventor e o Desembargador tinham como primeira intenção comprar a Ilha de Arapiranga⁸ a qual não teve a aprovação do proprietário, este conhecido pelo nome de Frederico (...).

Nos relatos dos moradores a escolha dessas ilhas se deu em razão de elas se encontrarem relativamente distantes da capital, local este onde os menores não poderiam ficar por causarem danos a “ordem vigente”; neste caso, além de a Ilha de Cotijuba e a de Arapiranga encontrarem-se relativamente afastadas de Belém, a ausência de meios de transportes disponíveis dificultaria particularmente a fuga dos menores; outros fatores podem ajudar a explicar o porquê da escolha, e, para isso, levarei em consideração uma observação feita pelo Barão de Marajó⁹.

⁷ Raimundo Nogueira de Faria era amigo de Magalhães Barata; na primeira interventoria foi chefe de polícia até 1932; em fevereiro deste ano assume o juizado de direito da 4^a Vara do Supremo Tribunal de Justiça do Pará, aprovado a partir da Reforma Judiciária de 30 de janeiro de 1932. Em 02 de março de 1933 assume a Secretaria Geral do Estado, ainda na primeira interventoria de Magalhães Barata. Nogueira de Faria, além de ter sido um dos grandes personagens da política paraense, foi autor de livros como “A Caminho da História” e “Meu Amiguinho” e, ainda, foi uma das grandes expressões do Espiritismo paraense.

⁸ A Ilha do Arapiranga está situada a margem esquerda do Rio Pará na confluência com o Rio Acará, tendo ao norte as ilhas de Cotijuba, de Paquetá e Jutuba e a Baía do Marajó, a leste a confluência da Rio Acará e a Baía do Marajó, no Estado do Pará.

⁹ José Coelho da Gama e Abreu (o Barão de Marajó) nasceu em Belém, em abril de 1832 as vésperas da Cabanagem, filho de um comerciante português. Atingidos pela manifestação popular (A Cabanagem) seus pais voltam a Portugal em 1837. José C. G. Abreu se forma em Filosofia e Matemática pela Universidade de Coimbra. Em 1855 estabeleceu-se em Belém do Pará; exerceu cargos de professor do Liceu Paraense, de deputado provincial e de deputado ao Parlamento Nacional, de presidente da Província do Amazonas e da Província do Pará; na república foi presidente da Câmara e

Neste sentido, por volta da segunda metade do século XIX – com a abertura do Rio Amazonas à navegação estrangeira, no período áureo da borracha e da comercialização das chamadas “drogas do sertão” – o Barão ressalta a importância das Ilhas de Cotijuba e Arapiranga em relação às demais ilhas localizadas no mesmo arquipélago:

“Ilhas do Rio Pará até ao Tocantins

Ilhas do Tatuoca, do Arapiranga, Urubuoca, do Fortin, Paquetá-mirim, Jararaquinha, Paquetá-assú, Jutuba, Cotijuba, dos Patos, das Mucuras, Carnapijó das Onças, do Arrozal, do Mandihm, do Capin, do Goiabal. Essas ilhas não tem uma grande importância, entre ellas as de mais importância são a do Arapiranga, Cotijuba e Paquetá-assú e a das Onças; esta é bem fronteira a cidade, e é a mais extensa d’este grupo e o canal entre ella e o ponto mais saliente do perí metro da cidade, que é a ponta do Castello, fica d’ella distante 3.900 metros. N’este ponto junto ao antigo castello hoje desmontellado a corrente do rio é em extrema violenta; existem n’esta ilha apezar de bastante baixa alguns estabelecimento. A do Arapiranga, a mais elevada, é de uma feliz collocação, além da das Onças que a encobre em parte; a face opposta à que olha para a cidade defronta com a grande baia de Marajó A de Cotijuba presta-se pelo solo a qualquer cultura, e muito abundante em pedreiras tendo um lago em seu centro. Tem alli existido alguns estabelecimentos; são possuidas estas assim como outras d’este archipelogo por particulares, mas creio que com o simples direito de posse”. (Marajó, 1992, 1885-1ª edição).

Como vemos, segundo o Barão de Marajó, a Ilha do Arapiranga e a de Cotijuba se destacam das demais, além da Ilha das Onças, mas esta fica bem próximo – apenas a 3.900 metros de distância de Belém – e visível o bastante da capital a partir do Forte do Castelo (que fica a frente), além de que em sua direção a corrente da Baía é muito violenta. A Ilha Arapiranga, para ele, era considerada a mais elevada do arquipélago, ocupando uma boa posição e fazendo frente para a Baía de Marajó sendo encoberta pela Ilha das Onças, o que a “esconde” em parte, de quem a observa da capital. Neste sentido, tudo indicava que a Ilha era, além de segura, bastante estratégica para construção de uma instituição correcional.

A Ilha de Cotijuba também poderia despertar interesse na medida em que ela é abundante em pedreira, possui lagos em seu centro, capaz de propiciar uma boa relação homem e meio ambiente, tendo, ainda, um solo útil para o cultivo de qualquer cultura.

Segundo informações dos moradores, por volta de 1932, quando a antiga proprietária passa a residir no Rio de Janeiro, e após o investimento na Ilha de Cotijuba

intendente municipal de Belém. Em maio de 1881 o Imperador o intitula Barão de Marajó, pelo serviço prestado a região. Foi um grande pesquisador e divulgador; em 1895 publicou, em Lisboa, o livro “As Regiões Amazônicas - Estudos Chorográficos dos estados do Gram Pará e Amazonas”, o qual estamos fazendo uso.

pelo Interventor e pelo Desembargador, começa a construção da primeira instituição que viria a ser inaugurada no ano seguinte.

Com esse investimento feito para a construção de uma instituição destinada a correção de menores, era preciso a consagração do acontecimento, ou seja, seria preciso legitimar o que a partir de então seria algo legal. A questão da permanência de menores abandonados e delinquentes em Belém, na época, tenderia a ser, se não resolvida, pelo menos escamoteada, amenizada, embora sem ser resolvido a raiz do problema social. Para isso divulga-se a futura Colônia; nesse período, são feitos convites, visitas, excursões à Ilha, passando a mesma ser foco de atenção. É o que se pode perceber a partir do jornal “O Imparcial” (1933) que informa em seu noticiário:

“As novas instalações da Colônia Correccional.

O dr. Pedro Leite, em nome do desembargador Nogueira de Faria, vem convidar O Imparcial para tomar parte no passeio à Ilha de Cotijuba, que está sendo adaptada a Colônia Correccional dos Menores Abandonados e Delinquentes, e assistir o lançamento da primeira pedra do edifício onde vai funcionar a escola e o baptismo da canoa 'Soldado Epiphanio', o modesto soldado 26 BIC, que tombou ao lado de Assis de Vasconcelos. Essa embarcação terá por madrinha mm. Eurico Marianno, que se fará representar por uma senhora de nossa sociedade. O major Magalhães Barata, interventor federal a cuja protecção está entregue esse grande empreendimento de assistência social, irá em pessoa presidir as cerimônias, pretendendo o desembargador Nogueira de Faria vir a esta capital fazer o convite a s. exc” (O Imparcial, janeiro de 1933).

E mais :

“A visita à Ilha de Cotijuba.

A Ilha de Cotijuba, futura Colonia Correccional de Menores Abandonados Delinquentes, recebeu hontem (06.01.33) a visita do major Magalhães Barata, interventor federal do Estado, auctoridades civis e militares da união, Estado e Municipio e os representantes da imprensa diaria, que foram ali assistir a inauguração do inicio da construção de obras e o baptismo da embarcação para o serviço da Colonia.

S. exc. e os demais visitantes transportaram se de Belém para Cotijuba no rebocador 'Ernestina', sendo ali rebocados pelo desembargador Nogueira de Faria, sr. Clarin de Pinheiro, que esta super intendendo as obras de construcção e diversos moradores locais. Apos visitar as obras do edificio da administração e outro departamento destinado a Colonia, s. exc. e os demais membros de sua comitiva dirigiram se ao local em que se encontra o pharol e onde vai ser construido um predio para escola destinada exclusivamente aos filhos dos moradores da ilha. Findo essa cerimonia, foi effectuado o baptismo da canoa 'soldado Epiphanio' da qual foi madrinha a senhora do major Eurico Mariano, commandante do 26 BIC, representado pala senhora do dr. Cordovil Pinto, chefe de policia.

Apos esse acto e depois do major interventor ter attendido diversos moradores, os visitantes regressaram a ponte de embarque, onde foram feitas as despedidas.

A 'Ernestina' chegou a Belém cerca de 1 hora da tarde” (O Imparcial, 07.01.1933).

Conforme ainda o mesmo jornal, o primeiro convite foi feito pelo dr. Pedro Leite, representando o Desembargador Nogueira de Faria, aos representantes do jornal O Imparcial, para participarem de um passeio à Ilha de Cotijuba, onde iria acontecer o lançamento da pedra inaugural do prédio da Colônia e o batismo de uma canoa de nome “Soldado Epiphanio”, a mesma que ficaria a disposição da Colônia e que transportaria os moradores da Ilha; existia, com a mesma finalidade, mais duas canoas: uma denominada “Jacira” e outra, “Jandira”¹⁰.

A proteção do empreendimento de assistência social estava entregue, sob apadrinhamento e investimento, ao Interventor Federal do Pará, Major Magalhães Barata que deveria, por esse motivo, presidir pessoalmente as cerimônias; desta forma o desembargador Nogueira de Faria pretendia vir a capital para fazer formalmente o convite ao Interventor.

E no “grande dia” 06 de janeiro de 1933, dia do lançamento da pedra inaugural da colônia e do batismo da canoa “Soldado Epiphanio”, esteve presente na Ilha, o Interventor Federal do Pará, Magalhães Barata, além de autoridades civis e militares da União, do Estado e do Município e, ainda, representantes da imprensa diária, a exemplo do jornal “O Imparcial” e outros.

O Superintendente das obras de construção, Sr. Clarin de Pinho, e os moradores da localidade receberam os visitantes que chegaram à Ilha em um rebocador denominado “Ernestina”. Os visitantes destinaram-se primeiramente as obras do edifício de administração destinado a Colônia, posteriormente dirigiram-se ao local onde se encontra o farol, onde seria construído, paralelamente a Colônia, uma escola destinada exclusivamente aos filhos dos moradores da Ilha de Cotijuba e adjacências, indicando que os moradores também ganhariam com o novo empreendimento. Antes de regressarem à capital o Interventor Federal do Estado do Pará Major Magalhães Barata conversa, atende solicitações dos moradores da Ilha, os quais se sentem cada vez mais próximos do representante do Estado. A partir desta data a Ilha estava realmente consagrada à Colônia Reformatória de menores delinqüentes e abandonados.

Estudantes também visitaram a Ilha de Cotijuba, antes do funcionamento da primeira Colônia; excursões são realizadas com grande número de alunos, como a que aconteceu em agosto de 1933, quando o Desembargador Nogueira de Faria já havia assumido a Secretaria Geral do Estado desde o final do dia 02 de fevereiro de 1933:

¹⁰ Jandira e Jacira também são os nomes das duas filhas de Magalhães Barata.

“Cerca de 600 gymnasinos visitarão amanhã a Ilha de Cotijuba.

A mocidade estudantina do Gymnasio Paraense, acompanhado do secretário e do fiscal federal desse estabelecimento fara amanha (01.08.1933), uma visita à Ilha de Cotijuba, onde será installada a Colonia Reformatoria de Menores Abandonados.

Participam da excursão cerca de seiscentos estudantes que serão recepcionados pelo sr. Desembargador Nogueira de Faria, secretário geral do Estado logo apos o desembarque na propria Ilha” (O Imparcial, 04.08.1933).

Um grande festival em benefício da CRC é realizado em Belém, onde ao mesmo tempo se exalta o Interventor Magalhães Barata, de acordo com o comentário feito pelo jornal “O Imparcial” de 1934:

“Em beneficio da Colonia de Cotijuba.

Em beneficio da Colonia Reformatoria de cotijuba e promovido pela prefeitura de Belém, realiza-se amanha (22.05.1934) no Palace-Theatre, um grandioso festival. O programa está caprichosamente organizado, destacando-se o film documentario da manifestação feita ao major Magalhães Barata, em seu regresso do Rio, trabalho feito pala empresa Leviol Film (O Imparcial, 21.05.1934).

A partir do ano de 1934, de acordo com documentos indicadores, os menores, aqueles que “perambulavam pela rua”, “sem ocupação” ou “sem destino certo”, eram recolhidos ou presos pela polícia civil e encaminhados para a Central de Polícia ou diretamente para a CRC. O discurso utilizado, pelo menos o que se pode interpretar dos jornais da época, era de que os menores receberiam educação “conveniente” capaz de não deixá-los tornarem-se criminosos já nas primeiras fases de suas vidas, como podemos ver nas notícias a seguir¹¹:

Primeira notícia:

“Vae pra Cutijuba.

Vindo de Val de Caes com officio do comissario de Polí cia Local, foi recolhido preso, hoje (09.06.34), à Central de Polí cia, o menor Aurino Alves de Lima, paraense, branco, de 13 anos, que naquella localidade perambulava sem ocupação. Aurino vae para a Escola Reformatoria de Cutijuba, onde receberá educação, afim de não ingressar tão novo na escola do crime” (O Imparcial, 09.06.1934).

Segunda Notícia:

“Rumo a Colonia Agricola de Cutijuba.

¹¹ Embora os documentos mais antigos registrem o nome da Ilha como COTIJUBA, outros documentos a registram como CUTIJUBA. Como trata-se da mesma semântica, utilizarei o termo Cotijuba, mas conservarei a estrutura ortográfica dos outros documentos.

Para a C.A.C. devem seguir, hoje (15.07.1936), os seguintes “menores”, que andavam pelas nossas ruas sem destino certo: Antonio Mauelly Raymundo da Silva, Arino Manoel Salles, Manoel Demetro, Raymundo Pereira da Cruz, Walter Lemos e Raymundo Ferreira Marques” (O Imparcial, 15.07.1936).

Terceira Notícia:

“Menor para Cotijuba.

A Polícia Civil fará recolher, hoje (21.11.1936) a tarde, a Colonia Reformatoria de Cotijuba, o menor Dário Ribeiro Pinto” (O Imparcial, 21.11.1936).

Essas notícias que circulavam em Belém na década de 30 permitem afirmar que nos primeiros anos dessa década a CRC já estava em pleno funcionamento e para lá eram encaminhados muitos menores que não se enquadravam nos padrões sociais exigidos pela capital da Amazônia; a maioria era filho de famílias residentes na periferia (Cf. anexo 2).

O fato desses menores serem encaminhados pela polícia civil para a CRC indica que pelo menos nesta fase havia uma relação muito próxima entre essas duas instituições. Aliás, conforme informações da Professora Darcy Gouvea, ex-professora da CRC, sempre havia mudança no tocante ao órgão a qual a instituição pertencia, tendo a mesma sido vinculada, em ocasiões diferentes à Secretaria de Segurança, à Secretaria de Educação e à Secretaria de Interior e Justiça.

Mais tarde em mensagens apresentadas à sessão ordinária da Assembléia Legislativa em 1957 e em 1963 respectivamente¹², pelos governadores General Joaquim de Magalhães Cardoso Barata e Aurélio Correa do Carmo, a CRC, já denominada Educandário "Nogueira de Faria", aparece sucessivamente subordinada, assim como outras instituições, à Secretaria de Estado do Interior e Justiça e a Secretaria de Estado e Segurança Pública:

"Secretaria do Estado do Interior e Justiça cumprindo o relevante papel que lhe é reservado na vasta máquina administrativa estadual, a secretaria do Interior e Justiça funcionou satisfatoriamente, através dos vários órgãos que são subordinados: o Departamento de Segurança Pública, o presí dio São José, o Educandário "Nogueira de Faria", a Justiça Comercial, o Depósito Público e o Conselho Penitenciário, mantendo no ano de 1956 o ritmo regular de trabalho" (Mensagem à Assembléia Legislativa; Magalhães Barata, 1957).

E mais: *"Secretaria de Estado e Segurança Pública.*

Educandário Nogueira de Faria instalado na Ilha de Cotijuba, é o estabelecimento destinado a recolher abandonados e delinquentes do

¹² Por falta de material que possibilite verificar a que órgão a instituição pertencia na década de 40, utilizarei apenas os dados referentes a década de 50 e 60 para dar continuidade ao que foi exposto sobre a década de 30.

sexo masculino, de 12 a 21 anos de idade a fim de lhes dar assistência capaz de recuperá-los para o convívio social" (Mensagem à Assembléia Legislativa; Aurélio do Carmo, 1960).

De todo modo, quer subordinada a Secretaria de Estado do Interior e Justiça ou a Secretaria de Estado e Segurança Pública, o fato mais importante é que a instituição esteve em pleno funcionamento recebendo crianças e jovens "abandonados" e "delinqüentes", do sexo masculino com idade variando entre 12 a 21 anos de idade, embora outros documentos revelem a existência de alunos com idade inferior a esta, de até seis anos de idade (C.f. nexos 3). A instituição propunha-se prestar serviço de assistência, objetivando "recuperar" e colocar os menores "de volta ao convívio social", de acordo com os padrões de conduta exigidos na época.

Capítulo II - Funcionamento da Colônia Reformatória de Cotijuba

Construída e funcionando com objetivos próprios, a CRC apresentou atividades diversas, ao longo de sua existência. Segundo informações constantes em Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, ainda na década de 50 (1953) pelo então governador Zacarias de Assumpção, confirmado pelos moradores mais antigos da Ilha, que teve oportunidade de entrevistar - quando a instituição já se denomina Educandário "Monteiro Lobato" - a instituição oferecia: educação primária, ministrada por professores, aos alunos internos e externos de ambas as sexos, estes últimos filhos de moradores das ilhas de Cotijuba, Paquetá-Mirim, Jutuba e Ilha Nova (C.f. anexo 4); educação física diária aos alunos da instituição, ministrada por um funcionário (Sr. José Leão da Rocha); educação agro-pecuária, com aulas teóricas e práticas de campo, todos os dias úteis da semana, ministradas pelo subdiretor Sr. Miguel Queiroz; educação moral e cívica, por um outro subdiretor, Sr. Aristides Porpino dos Santos, auxiliado pelas professoras Pedrina Lourenço Carrenho da Rocha e D. Marta da Conceição¹³, na igreja de São Francisco de

¹³ Marta da Conceição, também era conhecida por Mãe Preta, foi empregada do Desembargador Nogueira de Faria; na Ilha trabalhou como roupeira (C.f. anexo 5), cuidava das crianças, era considerada mãe dos menores, sendo bastante respeitada na instituição; chegou até a adotar um dos alunos como filho, trata-se de Raimundo dos Santos, um dos nossos informantes. Marta da Conceição transmitia aos professores toda a história da Ilha. Ela faleceu na Ilha nos braços de seu filho Raimundo dos Santos. Em sua homenagem seu nome foi emprestado a Escola Estadual de Primeiro Grau, que funciona na Ilha.

Assis; ensino técnico e profissional, através de diversas oficinas para as quais os alunos eram encaminhados conforme suas preferências para receberem aprendizagens compatíveis com suas idades. As principais oficinas eram de mecânica, serraria, marcenaria, carpintaria, ferraria, padaria, selaria, etc.. e nessa época as aulas eram ministradas pelos mestres responsáveis sob a superintendência do "Mestre de Oficina", Sr. Eduardo Pamplona Barros.

Essas "aparentes" vantagens talvez justificassem o fato de muitas famílias, incluindo padrinhos e responsáveis, terem encaminhado, ao longo dos anos de funcionamento da Colônia ou Educandário, crianças e jovens sob suas responsabilidades para a ilha, "...na perspectiva (tentativa) de torná-los profissionais" (Cardoso, 1991). Se adicionarmos a isso as difíceis condições sociais que impediam, muitas vezes, essas famílias ou responsáveis de mantê-los nas suas próprias residências, quando as possuíam, e de dar-lhes uma educação condizente com a exigida pela ideologia naquele período.

O próprio "Hino de Cotijuba", criado no período do funcionamento da Colônia, cuja letra foi recuperada com ex-alunos da instituição¹⁴, é um reflexo daquele pensamento, expresso principalmente nas suas duas primeiras estrofes:

*Cotijuba, sentinela da meiga, gentil Belém !
É a fonte amiga e bela de um sonho de fazer bem !
É a paz de muitos lares, és um gênio protetor !
Cujas asas dos telhars são feitas de luz e amor !*

.....
*Cotijuba és agasalho, és ensino de fazer bem!
Oficina de trabalho, estrela de redenção.
La do céu Deus te abençoe e o Brasil te ame bem diz (bendiz ?)
Porque és mãe paciente e boa da juventude infeliz.(...)
(C.f. anexo 6)*

Como vemos, na primeira estrofe do hino a Ilha aparece como protetora e guardiã da capital, como o local de realização de um sonho benigno, onde se busca amizade e algo mais que a utopia permite, como se renascesse a oportunidade, para os "deserdados" da sorte, de sonhar, mas um sonho real; ela oferece paz a muitos lares na medida em que alivia ou ameniza sacrifícios dos pais dos menores que para lá eram encaminhados na esperança de serem protegidos. No último verso da mesma estrofe ressalta-se a presença de luz e amor aos menores.

Na segunda estrofe, a Ilha aparece como agasalho e abrigo, como oferecedora de ensino que faz bem. Ela se enquadra no que Erving Goffman define como Instituição Total, ou seja "*um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situações semelhantes, separado da sociedade mais ampla por considerável*

¹⁴ Ainda não foi possível identificar o autor do "Hino de Cotijuba". A letra foi conseguida com dois dos ex-alunos da CRC, ou seja, Seu Bené e Seu Raimundo Oito, moradores da Ilha de Cotijuba.

período de tempo, leva uma vida fechada e formalmente administrada" (Goffman, 1987:11).

Aparece nitidamente uma relação entre a pátria (Estado) e a religião cristã (Igreja), o trabalho, a crença em Deus; a Ilha tem como objetivo fazer o bem à sociedade, é comparada a uma mãe sempre paciente e boa para com seus filhos, não os deixando desamparados mesmo que sejam rebeldes.

Encaminhados pela Secretaria de Estado ou pelas Famílias os menores teriam que se adaptar à nova vida a que passavam a ser submetidos, envolvendo ambiente, atividades, relações, um sistema de regras formais, planejadas racionalmente atendendo os objetivos da Colônia. Segundo Goffman *"o controle de muitas necessidades humanas pela organização burocrática de grupos completos de pessoas - é o fato básico das instituições totais"* (Ibid:18). Nessas instituições existe uma divisão entre o grupo dos internos e o da equipe dirigente, um certo estereótipo antagônico. *"Desenvolvem-se dois mundos sociais e culturais diferentes, que caminham juntos com pontos de contatos oficiais, mas com pouca interpenetração"* (Ibid: 20).

No caso da instituição em análise a disciplina proibia os menores de executarem algumas atividades não condizentes com as normas estabelecias, tais como: fumar qualquer tipo de cigarro; tomar qualquer tipo de bebida alcoólica; brigar com qualquer companheiro da instituição ou não; sair da Ilha sem permissão; *"alguns tiravam canoa dos moradores para fugir, mas por não saberem remar acabavam ficando detido por três dias; não apanhavam"* (não recebiam castigos físicos), segundo Lázaro de Oliveira, ex-aluno da CRC e residente na Ilha.

Os alunos também não podiam reclamar das decisões da equipe dirigente quando era determinada uma ordem. Mesmo assim numa ocasião em que a alimentação servida aos alunos não estava atendendo suas necessidades (era pouca, segundo um informante), estes se organizaram, discutiram e escolheram o aluno de mais idade, o número 5 (Benedito), para tentar resolver a questão.

No dia da inspeção feita pelo Major Magalhães Barata na instituição, o aluno "número 5" havia guardado seu jantar do dia anterior - no dia em que havia visita ou inspeção a alimentação era "especial" - e quando o governador do Pará perguntou se algum aluno queria falar, Benedito disse que queria falar sobre a alimentação e mostrou a vasilha, explicando em seguida o que estava acontecendo. Barata chamou atenção, em público, do Dr. Nogueira de Faria, que falou que não tinha tomado conhecimento do que estava acontecendo.

No final da inspeção o "número 5" solicitou ao Major sua saída da Ilha para a capital, no sentido de evitar as conseqüências que poderiam advir de seu ato; Barata exigiu da equipe dirigente da instituição que cuidasse melhor dos alunos porque se um deles recebesse maus tratos, ficaria sabendo e iria aguardar os resultados.

Nesse mesmo período Barata proibiu alguns tipos de castigos que eram aplicados aos alunos, e ainda dispensou funcionários. Segundo informação de um ex-aluno da colônia, Barata chegava na Ilha transportado em uma geleira que se destinava à Ilha de Marajó e encostava em Cotijuba, sem que os funcionários da instituição o esperassem. Esses episódios dão bem uma idéia do tipo de político que foi Magalhães Barata: um político maquiavélico, contraditório, temido e amado, capaz de cometer justiça e injustiça.

Segundo Goffman as instituições totais mutilam os internados e entre essa mutilação destaca-se a barreira colocada entre o interno e o mundo externo, além de humilhações, rebaixamentos e degradações do indivíduo. Outro fato importante que contribui para esse processo de perda e mortificação do seu "eu" é o processo de admissão do indivíduo pela instituição, na medida em que registra sua história de vida, peso, fotográfica, impressões digitais, atribuindo-lhe um número, numerando seus bens para guardar, despindo-o, desinfetando-o, cortando seu cabelo, distribuindo-lhe roupas e outros objetos da instituição, para esquecer os seus.

A instituição total ditará as "boas maneiras" que o indivíduo deverá ter. Esse processo de mortificação se desenvolve paralelamente a três mecanismos de privilégios e instruções formais e informais, segundo Goffman: o primeiro é a regra da casa, indicando como funciona a instituição, como deve ser o comportamento do interno, as regras da instituição; o segundo, é a apresentação de prêmios ou privilégios para os que se enquadram na regra da casa da própria instituição: o terceiro é o castigo, aplicado como consequência a desobediência às regras da instituição.

Os menores, que na capital não podiam jogar peteca ou empinar papagaio, ao serem encaminhados para a Colônia perdiam sua identidade quando recebiam um número que substituiria ou omitiria o seu nome de batismo, tanto diante da equipe dirigente quanto dos próprios internos. E para que os mesmos se enquadrassem e obedecessem as normas da instituição, alguns alunos eram promovidos a função de inspetor-aluno - intermediário entre os alunos e o inspetor-chefe - desde que apresentassem padrão e modelo exemplar exigido pela instituição e ainda boa conduta nos moldes da época.

Benedito, ex-aluno e um dos moradores de mais idade na Ilha, a respeito do inspetor-aluno, afirma que:

"Os inspetores-alunos já havia passado por roçagem, trabalho de campo; tudo. O inspetor-aluno saía só tomava conta dos alunos, levava para sair; tirava serviço até o próximo dia, ficava de folga.

O dr. Nogueira levava em consideração a opinião dos alunos; quando, por exemplo, alguém de fora da Ilha queria comprar madeira, eram os alunos que decidiam o tipo de negócio que deveria ser feito; por exemplo: se seria trocado a madeira por boi ou dinheiro (réis), de onde deveria ser tirada a madeira, tipo de madeira que deveria tirar. A madeira, primeiro ia para serraria depois par fora da Ilha.

Quando um fazendeiro da contra costa, Coronel Rodolfo Chermont, solicitava madeira par fazer barco, recompensava, além do pagamento,

com peça de pano para traje, gado de sua fazenda" (Entrevista com Benedito Nascimento Araújo, em 10.01.93).

Os alunos que alcançavam o posto de inspetor-aluno desenvolviam, como vimos, diversas atividades, além das normalmente atribuídas aos menores, tais como: dar "plantão" na instituição e dirigir turmas, além disso estavam mais próximos da equipe dirigente, eram considerados e respeitados por ela e pelos outros como "chefes" de alguma forma. Segundo os relatos dos informantes, muitos chegaram a esse ponto, a exemplo dos "números": 52, 29, 34, 01, 21, 8... que conseguiram desempenhar atividade exigida pela instituição e receberam suas premiações ou privilégios - na interpretação de Goffman - com o título de inspetor-aluno. *"A conduta dos alunos influenciava na escolha do aluno-inspetor e chefe de serviço"* (Entrevista com Raimundo Oito, número 8, em 10.01.93).

Além de inspetor-aluno os alunos também poderiam alcançar o grau de inspetor-chefe, este já um cargo de funcionário da instituição, como aconteceu com o aluno "número" 8 - Raimundo dos Santos (C.f. anexo 8) - também conhecido, hoje na Ilha, por Raimundo Oito. A instituição marcou fortemente sua vida, sua identidade como aluno, inspetor-aluno, inspetor-chefe e como funcionário, que seu próprio apelido revela que antes de ter sido funcionário (Raimundo), ele foi aluno (Oito).

Na Ilha os alunos eram acompanhados de perto pelo inspetor-chefe, inspetor-aluno, professores e instrutores de oficinas de acordo com suas ocupações. No início da Colônia Reformatória de Cotijuba, eram acompanhados muitas vezes pelo Desembargador Nogueira de Faria que sempre se fazia presente, e até pelo Major Magalhães Barata que continuamente visitava a Ilha e fazia inspeção e diagnóstico na instituição inclusive com os alunos, como no episódio da comida já relatado.(C.f. pag.).

Os alunos eram liberados para saírem da Ilha e visitarem suas famílias em dias de feriados como a semana santa, semana da pátria, no período do Círio de Nossa Senhora de Nazaré: também tinham férias anuais e aí podiam viajar para passear com seus familiares. De acordo com as fases de funcionamento da instituição, os responsáveis pelos alunos pediam permissão ao diretor para que estes saíssem, justificando essa saída, ou faziam a solicitação através de uma ficha recebida na central de Polícia. Alguns alunos que haviam conseguido confiança da equipe dirigente saíam da Ilha sem que precisassem de acompanhamento, assim com voltavam nas mesmas condições que saíam da instituição; outros não podiam sair por não apresentarem o comportamento exigido pela Colônia; desta forma perdiam, além da saída, prestígio entre a equipe dirigente.

Na Colônia Reformatória de Cotijuba a utilização de novos pertences pelos alunos é outro elemento que fazia parte da nova identidade que os alunos deveriam assumir (enquanto "internos"), tais como utilização de toalhas de banho, cama, roupas íntimas, uniformes e trajes de trabalho, de educação física e o utilizado para receber visitas (autoridades civis e militares), todos fornecidos pela instituição e com sua marca que deveria ser impressas não só nos objetos, mas nos próprios alunos.

A disciplina religiosa também contribuía para a perda da identidade dos menores e a construção de uma nova, obedecendo as exigências legais da organização, com aulas religiosas do culto católico para todos os alunos independente de sua vinculação religiosa. Esse aspecto religioso está presente, por exemplo, na letra do "Hino de Cotijuba"(C.f. anexo 9) que era cantado pelos alunos juntamente com outros hinos, nos finais de semana e feriados, em alguns dos quais o governador e outras autoridades se faziam presentes na Ilha. Também, antes e depois das refeições, ao som de uma corneta, eram feitas, pelos alunos, pequenas orações coletivas de agradecimento: "*Deus abençoe a nossa refeição*" e "*Agradecemos a Deus a nossa refeição*", respectivamente. Outras orações eram feitas ao final das atividades, no início da noite:

*Dorme o céu e a terra
Tudo em paz se encerra
Dou meu coração aberto a Deus.*

No final dessa oração todos os alunos já tinham que estar fazendo silêncio para dormir e recomeçar as tarefas no dia seguinte.

Percebe-se com tudo isso que no período do funcionamento da CRC sob os cuidados do Desembargador Nogueira de Faria, a orientação e o ensino religioso eram bastante enfatizados e os alunos, religiosos ou não, eram obrigados a segui-la. Isso pode ser comprovado pelo fato de que passado mais de cinco décadas de início do funcionamento da Colônia, alguns ex-alunos não esqueceram de elementos que faziam parte do ensino que receberam. Foi baseado nas lembranças da memória dos moradores que foi possível descrever a maioria desses acontecimentos.

Capítulo III - A Colônia Reformatória de Cotijuba e a Ilha de Cotijuba.

De acordo com a entrevista feita com Teodorico Rodrigues (1991) - último diretor da Colônia Penal que também funcionou em décadas recentes na mesma Ilha - "*O estabelecimento (CRC) no seu início foi dirigido pelo Desembargador Nogueira de Faria, uma homenagem prestada pelo Governador Magalhães Barata àquele que era um grande vulto da política paraense*".

No decorrer de seu funcionamento a instituição teve diversos diretores, assim com diversas denominações, mas foi na direção de Lourival Conceição, por volta de 1952, que ela recebeu visível reforma e, conseqüentemente, a Ilha sofreu algumas transformações, é o que se pode extrair, por exemplo, da mensagem apresentada pelo governador Zacarias de Assumpção à Assembléia Legislativa em 1953.

Além de dotar o já então Educandário de um gabinete dentário com um profissional na pessoa do Sr. Dr. Lauro Brandão atendendo os moradores da Ilha de Cotijuba e adjacentes, foi providenciado um gabinete médico, sala de curativo, com aparelhagem, enfermaria, com doze camas, instalações sanitárias, etc...

Nesse período houve uma reforma e levantamento de novas construções no Educandário, tais como: reconstrução da residência do diretor; construção da Igreja católica de São Francisco de Assis, em setembro de 1952, a oitocentos metros de distância da Educandário; construção da praça Assis no formato de losango a oitocentos metros, aproximadamente, do Educandário, onde localizava-se a antiga Igreja de Assis; construção do Parque Infantil e do Campo de Esporte (de volei, de basquete e por último o de futebol); instalação das redes de água, luz e esgoto; confecção e recuperação de imóveis e de outros materiais da instituição, tais como carteiras para sala, escrivaninha, mesa para máquina de escrever; construção da granja do educandário para a qual foi derrubado e destacado 30 (trinta) alqueires de terreno; construção de cercas e portões: 1030 (mil e trinta) metros de cerca de arame farpado de "5 fio" e 372 (trezentos e setenta e duas) estacas de jarana e um portão com quatro colunas de alvenaria, separando a granja e o Educandário do restante da Ilha; construção de aviário; construção de seis das dez previstas casas coloniais para avicultura, distante cinquenta metros uma da outra, sendo todas da área da granja; recuperação da canoa "Darialva" (ex-Jacira); construção e conservação de estradas; reconstrução no ano de 1951, mas concluída somente em setembro de 1952, quando é constatado o estado de imprestabilidade absoluta das máquinas, gerador, transmissores e polias e das serras propriamente ditas (C.f anexo 10).

Todas essas mudanças que a Ilha veio sofrendo desde a década de 30 e agora na década de 50 com reformas e construções servem como marco histórico sócio-político da localidade porque ao mesmo tempo em que direcionou e possibilitou as condições de ocupação do espaço físico da Ilha, é nesse período que ela recebe uma estrutura que a modifica parcialmente, quando a população passa a se beneficiar de alguns direitos, tais como: dos serviços médico-odontológicos, da nova igreja de São Francisco de Assis - que deixou de ser uma pequena capela para se equiparar a uma igreja da capital -; das praças e campos, ainda que, primordialmente, esses benefícios fossem dirigidos a instituição.

Todos esses benefícios dão a Ilha uma fisionomia e um certo padrão artificial de beleza. Além do mais com a abertura de novas estradas e com a existência de novos produtos a Ilha passava a ser melhor conhecida, mais apreciada, possibilitando sobretudo sua ocupação e penetração cada vez maior na direção de seu interior.

Embora a Ilha tenha sido efetivamente ocupada pela instituição na década de 30, na primeira interventoria do Major Magalhães Barata, é somente na década de 50, no governo de Zacarias de Assumpção, o maior "rival" político de Barata, que se pode perceber um grande investimento financeiro na instituição e na Ilha como um todo. Nesse período é feita uma grande reforma na casa do diretor que nessa fase era o Sr. Lourival Conceição (cunhado do governador Zacaria de Assumpção) e ambos passaram a desfrutar de benefícios que a Ilha podia oferecer. O governador passa a usufruir lá, de

uma propriedade, onde passava os finais de semanas em uma grande casa construída na Ponta de Baixo, na subida da Barranco da Praia do Vai-Quem-Quer (antiga Praia do Coco-Velho)¹⁵.

Segundo Teodorico Rodrigues *"a Ilha de Cotijuba é patrimônio do Estado do Pará, sendo que no governo do General Asumpção, em 1950, com exceção da área destinada a Colônia, foi dividida em 252 (duzentos e cinquenta e dois) lotes e distribuídos as mais variadas pessoas que rezavam na cartilha do governo"* (Entrevista com Teodorico Rodrigues, em 20.11.91).

Todos esses "benefícios" que a Ilha recebeu não foram suficiente para melhorar sua posição no contexto do Estado.

Já no início da década de 60 a Ilha estava servindo a outras atividades e finalidades, funcionando ali, além do Educandário - que tinha como objetivo recuperar e corrigir menores abandonados e delinquentes - outra instituição paralela, destinada a maiores enquadrados na Lei das Contravenções Penais. Assim em Mensagem apresentada pelo governador Aurélio do Carmo à assembléia Legislativa (1961), lemos:

"Instituto de Reeducação Social e Educandário "Nogueira de Faria". Ambos instalados na Ilha de Cotijuba, está o primeiro estabelecimento destinado a recolher todos aqueles que por vários motivos estão enquadrados na Lei das Contravenções Penais como os viciados e vadios...

Quanto ao Educandário abriga os menores delinquentes, abandonados ou vadios, onde recebem instruções próprias a fim de se tornarem elementos úteis a si próprios e à sociedade" (Mensagem a Assembléia Legislativa; Aurélio do Carmo, 1961).

Desse modo, pode-se afirmar que na década de 60 havia duas instituições com funções diferentes na mesma Ilha; a primeira com objetivo de abrigar e corrigir; a segunda com objetivo de reeducar; uma destinada a menores, outra destinada a maiores: uma era o Educandário "Nogueira de Faria" e a outra era o Instituto de Reeducação Social.

Verificar e analisar o funcionamento das duas instituições que paralelamente ocuparam espaço na Ilha nesse período, assim como os motivos que levaram a escolha da ilha de Cotijuba para a implantação do Instituto de Reeducação Social, e a influência deste último na desativação do Educandário, bem como sua relação com a própria Ilha, são

¹⁵ Conforme informa um dos moradores da Ilha, o Seu Bené, o primeiro nome dado àquela praia que faz frente para a Baía do Marajó, foi Praia do "Coco-Velho", nome dado pelo fato de existir ali um coqueiro em uma posição de destaque. O nome "Vai-Quem-Quer" surgiu a partir dos alunos que perguntavam aos outros se queriam ir à praia; os alunos que queriam ir, iam; os que não queriam, não iam; diziam vai quem quer e ia quem queria. O nome sugere que os alunos tinham liberdade de optarem pelo lugar que queriam para o seu lazer dentro da Ilha e até de irem para uma praia que fica distante e num ponto extremo do Educandário.

alguns pontos que deverão ser tratados futuramente em um outro trabalho já encaminhado sobre a Colônia Penal, nas suas diversas fases.

No período em que funcionaram duas instituições com finalidades diferentes, na Ilha de Cotijuba, a relação dos menores com a localidade sofre modificações. Segundo a professora Darcy Gouvea - ex-professora do Educandário - *"depois que começou a entrada de presos (na Ilha) houve uma grande mudança. Os presos brigavam entre si e não havia quem controlasse; os mais prejudicados eram os moradores que não podiam nem sair de suas casas"* (Entrevista com Darcy Gouvea da Gama, em 09.09.92).

Alguns anos depois do período em que funcionaram as duas instituições na Ilha, o Educandário - como organização destinado a corrigir menores abandonados e delinquentes - foi desativado, e o mesmo prédio passa a abrigar os presos enquadrados na Lei Penal. Referindo-se, ainda, às duas instituições Teodorico Rodrigues - ex-diretor da Colônia - afirma que:

"Com a denominação de Educandário 'Nogueira de Faria' o estabelecimento na verdade alcançou seu verdadeiro objetivo e finalidade... Já com a denominação de Colônia Penal 'Nogueira de Faria', passa para o âmbito da Secretaria de Segurança, onde os governantes da época transformaram a Colônia em um verdadeiro depósito de presos" (Entrevista com Teodorico Rodrigues, em 20.11.91).

A Segunda Instituição: "Colônia Penal Nogueira de Faria" (...)

De acordo com Dr. Luis Faria - hoje com mais de 70 anos de idade, filho do então falecido Desembargador Nogueira de Faria – a criação da Colônia Penal e principalmente a nomeação "Nogueira de Faria" dada à referida Colônia, uma posição decisivamente política, não foi bem aceita pela sua família. Durante décadas a família Faria travou uma intensa luta para rever e desligar o nome do Desembargador "Nogueira de Faria", do presidio.

No depoimento, inicialmente negado, Luis Faria, relatou com bastante sentimento, que a luta foi árdua e chegou um momento que a família preferiu esquecer. De repente quando um pesquisador resolve fazer um registro histórica da Ilha de Cotijuba e analisar a Colônia Penal "Nogueira de Faria", ele começa a desenterrar aquilo que estava adormecido em algumas mentes e recria um 'novo' impacto. Foi esse o sentimento revelado pelo Dr. Luis Faria durante nossa longa conversa (...)

Todos esses fatos e acontecimentos que marcaram a Ilha, revelam que de acordo com cada período, com cada governo, e com as diferentes ideologias dominantes, ela passa por fases diferentes: uma instituição fundada com uma finalidade (abrigar menores abandonados e delinquentes), algumas décadas depois serviu para abrigar presos enquadrado na Lei; sendo mais tarde completamente desativada. Refletindo sobre essa mudança, um ex-aluno da Colônia Correccional de Cotijuba, diz: *"O princípio não foi o fim... Eu nunca pensei que a escola tivesse um fim tão triste... um dia eu fui lá... eu chorei..."* (Raimundo Oito).

À guisa de conclusão

O estudo da Colônia Reformatória de Cotijuba se confunde com a História da própria Ilha; essa instituição criada no primeiro governo do Major Magalhães Barata, destinava-se a abrigar e corrigir menores, por esse motivo a Ilha é comprada pelo Estado, de uma antiga proprietária, levado em consideração a posição geográfica desta em relação a Belém e as condições propícias para abrigar uma instituição deste tipo.

De 1932 a 1933 é feito o preparo para a inauguração da Colônia, como relatam os jornais, e são realizadas diversas excursões, visitas e passeios à Ilha no sentido de legitimar a instituição. A partir de 1934 já se tem notícias de menores "*sem ocupação*", "*que andavam pelas nossas ruas sem destino certo*", "*aqueles que perambulavam pelas ruas*", serem encaminhado à Ilha.

A instituição, ao longo de seu funcionamento, além de receber diversas denominações, passou por várias secretarias, sendo subordinada em ocasião diferente pela Secretaria de Segurança, Secretaria de Educação e pela Secretaria de Interior e Justiça. No início do seu funcionamento a Colônia foi dirigida pelo Desembargador Nogueira de Faria e recebia menores de 12 a 21 anos de idade no sentido de "*recuperá-los para o convívio social*".

A instituição, na Ilha, oferecia diversas atividades, educativas, profissionais, religiosas, etc.. o que levava, nesse período, muitas famílias encaminharem crianças que estavam sob sua responsabilidade, para lá, apesar da responsabilidade de encaminhar os menores para a Colônia fosse dos órgãos do Estado.

Foi analisado o "Hino de Cotijuba" e algumas orações no sentido de ter respaldo das práticas realizadas e da idéia de instituição e de menores por ela formulada. Também foram realizados alguns fatos e acontecimentos considerados relevantes e significantes para compreender o funcionamento da Colônia, tais como; o episódio da alimentação, os atos do Major Magalhães Barata, o caso do aluno que alcançou o cargo de inspetor-chefe; sempre que possível fazendo relação com a teoria de Goffman para explicar como a instituição substituiu a identidade do interno por uma outra nova, através de diversos mecanismos como a regra da instituição, apresentação de privilégio e castigo, substituição de seus objetos pelos da instituição e a doutrina do trabalho e religiosa que também se faziam presente na Ilha.

No terceiro capítulo foi feito um paralelo entre a Colônia e a Ilha, os "benefícios" que elas receberam a partir da mudança de governador do Estado e do diretor de instituição, as grandes reformas e construções, a extensão desses benefícios à comunidade de moradores a partir de 1952 e consequência desses investimentos na ocupação do espaço físico cada vez mais no interior da Ilha.

É detectado que a partir da década de 60, a localidade está abrigando uma outra instituição com finalidade diferente e paralelamente a Colônia, trata-se do Instituto de Reeducação Social que influenciará na desativação da Colônia. São feitos alguns relatos de ex-professor, ex-diretor, e ex-alunos sobre essa fase que deverá ser apresentado com mais aprofundamento em um próximo trabalho sobre a Colônia Penal "Nogueira de Faria" que funcionou na mesma Ilha.

Bibliografia

- ARBAGE, Jorge. Deputado Federal. Magalhães Barata: O Mito e o Exemplo. Câmara dos Deputados, Brasília, 1979.
- Biografia de Joaquim De Magalhães Cardoso Barata. Memorial Magalhães Barata (Serviço Educativo), SECULT, Belém-Pa, 1989.
- COIMBRA, Creso. A revolução vitoriosa. In: A Revolução de 30 no Pará - Análise, crítica e interpretação da história. 1ª edição, coleção História do Pará, Série "Arthur Viana", Conselho Estadual de Cultura, Belém-Pa, 1981.
- COIMBRA, Cunha. Homenagem do Magistério Público: Discurso da Professora Palmira de carvalho, por ocasião da homenagem prestada ao Coronel Magalhães Barata na Residência Governamental, pelo magistério da capital. In: Magalhães Barata e o Pará (pag. 471-477), 1º volume, 1ª edição. R.J, 1945.
- FOUCAULT, Michel. Sobre prisões. In: Microfísica do Poder. Ed. Graal: R.J., 1979.
- GOFFMAAN, Erving. Manicômios, Prisões e Conventos. Tradução Dante Moreira Leite, 2ª edição, Editora Perspectiva: S.P, 1987.
- MARAJÓ, Barão de. Ilhas e Lagos. In: as Regiões Amazônicas – Estudo Chorografico dos Estado do Gram Pará e Amazonas, Coleção Lendo o Pará - 12, 2ª edição, SECULT, Belém-Pa, 1992.
- MEIRA, Clovis. Barata no Centenário de Nascimento. Belém, 1980
- MORAES, Eneida de, "A Revolução de 1930". In: Aruanda Banho de Cheiro. Coleção Lendo o Pará - 2, SECULT, Belém-Pa, 1989.
- MOREIRE, Eldorfe. Belém e sua Expressão Geográfica. Imprensa Universitária, Belém-Pará-Brasil, 1966.
- MUAKUD, Irene Batista. Prisão Albergue. Ed. Cortez: S.P, 1984.
- PENTEADO, Antônio Rocha. Belém - Estudo de Geografia Urbana. 1º e 2º Volume, Coleção Amazônica, Série José Veríssimo, UFPA., 1968.
- PINHEIRO, Roberto Vizeu Lima. Estudo Hidrodinâmico e Sedimentalógico do Estuário Guajará - Belém-Pa. Tese do Curso de Pós-graduação em Geologia. UFPA, Belém, 1987.
- RAMALHO, José Ricardo. Mundo do Crime; A ordem pelo avesso. Ed. Graal. 1990.

JORNAIS

- As Belezas e Cotijuba. O Liberal, Belém. 11 de junho de 1990, pag. 02.
- Cotijuba, Um Paraíso a ser Descoberto. O Liberal. Belém, 19 de março de 1990, pag. 08.

Leitão Lílian. Expedição do Museu revela duas Ilhas (...) Cotijuba fadada a virar Balneário ? O Liberal. Belém, 03 de setembro de 1991, pag. 07.

O IMPARCIAL. Belém, 1930, 1931, 1932, 1933, 1934, 1935 e 1936.

Prefeitura cumpre a promessa e entrega porto em Cotijuba. O Liberal. Belém, 30 de abril de 1990, pag. 03.

MENSAGENS.

Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa, no dia 15 de abril de 1953, em sessão de instalação, pelo Governador - General e divisão - Alexandre Zacarias de Assumpção. Belém-Pa.

Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa em sessão ordinária de 1957 pelo General Joaquim de Magalhães Cardoso Barata. Belém-Pa.

Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa, por ocasião da abertura da sessão legislativa ordinária de 1963 pelo Governador Aurélio do Carmo. Belém-Pa.

Mensagem apresentada a Assembléia Legislativa em 1961 pelo Governador Aurélio do Carmo. Belém-Pa.